

CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NO TERRITÓRIO DA APA DA BALEIA FRANCA

Wagner Elias Cardoso¹

1. Introdução

Desde os anos sessenta vêm se processando mudanças espaciais no litoral sul catarinense a partir da antiga organização baseada na agricultura e na pesca. As mudanças caracterizam-se pela estagnação e declínio das atividades tradicionais, pela urbanização acelerada e crescimento desordenado dos atuais 30 municípios litorâneos; pelo crescimento populacional; pela implantação da infraestrutura, como o trecho local da Rodovia BR-101 e sua duplicação; pela metropolização; pelo crescimento do setor de comércio e serviços, com destaque para a inserção da atividade turística em praticamente todos os municípios litorâneos, pelo implemento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento turístico; pela criação de novos municípios a partir de emancipações; pela verticalização na orla marítima e com o aparecimento de novos padrões residenciais (residências de veraneio, hotéis), pela concentração de serviços turísticos e comércio (agências de viagens, bares, restaurantes, entre outros); a implantação de grandes projetos (parques temáticos, marinas) e a inserção de um novo ritmo de produção, a sazonalidade (CÂMARA, 2006).

Estes processos ocorreram no bojo da modernização brasileira nos anos setenta, pela integração econômica catarinense às novas formas de produção nacional e no contexto das transformações globais atuais. A partir dos anos oitenta e noventa, entretanto, a massificação dos fluxos turísticos tem intensificado a produção de novas formas urbanas ao longo do litoral, às vezes convivendo, ora substituindo e, em alguns lugares, disputando o mesmo espaço com as antigas formas de organização.

Na esteira do crescimento econômico, muitos municípios litorâneos buscam o desenvolvimento turístico, aliando a oferta da paisagem à implantação de infraestrutura, atraindo visitantes em número cada vez maior.

Embora o crescimento desta atividade não seja necessariamente o principal vetor da urbanização, parece existir uma relação direta entre urbanização e desenvolvimento turístico. Pode-se afirmar que a relação desenvolvimento da atividade turística e urbanização se estabelecem a partir do momento em que o Estado, como provedor de políticas públicas e infraestrutura, comandou o processo, proporcionando assim a base para a implementação turística. Atualmente, o Estado assume este papel, porém não isoladamente, mas com o aporte de capitais regionais e nacionais, o que tem proporcionado novas dinâmicas espaciais. Para o entendimento das transformações recentes é necessário entender como ocorre a urbanização dos municípios litorâneos. O objetivo principal é caracterizar e analisar o processo de urbanização das cidades do litoral sul catarinense e o processo de desenvolvimento do turismo litorâneo.

¹Analista Ambiental – ICMBio
Email: wagner.cardoso@icmbio.gov.br

1.1 Urbanização no Litoral Sul de Santa Catarina na Atualidade

Podemos classificar o litoral do Brasil em dois grandes grupos populacionais: o primeiro vivendo e operando dentro da lógica mercantil e urbana do uso do solo (valorização e especulação) e o segundo com a presença de gênero de vida tradicional (presença de áreas aparentemente não submetidas à lógica do mercado), constituindo-se de populações nômades, com a presença de terras desocupadas, sedes de comunidades extrativistas, fazendas arcaicas e “cidades mortas”, mas com tendências a mudanças, como adverte MORAES: “já predomina uma dinâmica capitalista de uso e apropriação da terra, em que as áreas dominadas por gêneros de vida tradicionais podem ser vistas como residuais e tendentes ao desaparecimento, num prazo de tempo pequeno, caso não sejam protegidas por legislação e ações estatais específicas” (1999: 45-46).

As características fundamentais, portanto, do litoral do Brasil são as altas taxas de crescimento demográfico, a acelerada urbanização, o povoamento em todos os quadrantes, o alto grau de urbanização; mesmo nos lugares com baixa densidade demográfica, o índice de urbanização é elevado.

Ocorre também uma diversidade concomitante de situações de ocupação e uso do solo, com cidades históricas (Laguna e São Francisco do Sul), convivendo com processos recentes, como assentamentos irregulares, favelas, habitação permanente na orla, a segunda residência, a verticalização com diferentes densidades e padrões, condomínios horizontais de baixo, médio e alto padrão, ocupação em áreas de preservação e a presença de núcleos com gênero de vida tradicional, formados por agricultores e pescadores.

O padrão de ocupação ocorre nos moldes das grandes cidades, seja nas áreas já urbanizadas como nas não urbanizadas. Devido ao acelerado processo de urbanização e valorização, há a presença de áreas de “pousio”, ou seja, terrenos que ficam à espera de valorização e implementação de infraestrutura. Seguindo a tendência nacional, com grande percentual de população em municípios costeiros (especificamente municípios com frente para o oceano), no litoral de Santa Catarina reside uma população urbana de 1.680.755 habitantes, ou seja, 39,9% da população urbana catarinense. Este fato torna-se relevante se considerarmos que a cada cinco habitantes, dois vivem no litoral, o maior índice do sul do país.

Assim, resumindo o processo, podemos constatar que a urbanização no litoral sul catarinense é um processo em curso, com uma população urbana concentrada em relação ao restante do estado, com um crescimento populacional acima da média estadual.

Sobre a questão das populações com gênero de vida tradicionais, a urbanização e o turismo aceleraram a decadência da agricultura e da pesca artesanal, que já estavam em declínio desde a primeira metade do século, o que veio a intensificar-se com a inserção de novas relações como o a pesca industrial, a contratação de pescadores com trabalho remunerado, a “camaradagem”, ou seja, a relação que se estabelece em que o pescador se utiliza dos equipamentos do proprietário em troca de uma parcela do peixe capturado. Outro aspecto refere-se ao êxodo rural, a evasão da agricultura que se configura numa tendência nacional. Desta forma, LINS observou este movimento: “(...) urbanização e o turismo contribuíram para a consolidação de tendência ao abandono da agricultura. A venda de terrenos, em resposta à pressão sobre a terra exercida por indivíduos de fora das comunidades, reduziu os espaços de que dispunham os moradores (...) (1994: 207).

Desta forma, o abandono da agricultura, aliado ao declínio da pesca e às transformações socioeconômicas (hábitos e costumes) que caracterizaram o litoral sul e o modo de ser na costa durante séculos, tendem a desaparecer e, nas áreas onde se desenvolviam (beira-mar na pesca e morros e planícies na agricultura) estão sendo totalmente apropriadas e destinadas para o turismo e atividades correlatas.

1.2 O Turismo no Litoral Sul de Santa Catarina na Atualidade

O turismo no litoral catarinense está diretamente relacionado com a sua urbanização, sendo que fixamos como marco de desenvolvimento do turismo no litoral a implantação do trecho da Rodovia BR-101 em Santa Catarina. Foi efetivamente a partir da rodovia que a urbanização nos balneários ocorreu, com a implantação de infraestrutura e os demais processos vistos anteriormente. Assim, afirmamos que as intensificações dos fluxos turísticos se efetivaram a partir da urbanização como uma decorrência da implantação da infraestrutura. Na atualidade, o processo em curso apresenta outra dinâmica, com um afluxo na temporada chegando a três milhões, cento e cinquenta mil visitantes no litoral catarinense.

Anterior aos anos setenta, o ritmo do turismo no litoral era incipiente. As iniciativas públicas ocorreram com o I Plano de Desenvolvimento Turístico da Região Sul-PDT em 1969, conduzido pelo Ministério do Interior e pela SUDESUL. Segundo SANTOS (1993), os governos nos anos setenta preocuparam-se com planos genéricos para explorar o potencial turístico, via estímulos fiscais por programas de financiamento. Foi somente a partir dos anos setenta que houve a preocupação com a estruturação das informações turísticas, integração, divulgação e investimentos em infraestrutura.

Afirma LAGO (1988) que até os anos cinquenta, a frequência de visitantes nas praias litorâneas se limitava à “aristocracia” e classe média de Itajaí, que frequentavam Cabeçudas; de Blumenau, que frequentavam Balneário Camboriú (pólo turístico pioneiro no estado) e de Joinville, que frequentavam as praias de Barra Velha, Piçarras, São Francisco do Sul e Florianópolis. Os demais pontos no litoral eram restritos às comunidades tradicionais pesqueiras, pois eram lugares de difícil acesso. Foi também nesta época que iniciaram as compras de terrenos para “futuros empreendimentos loteadores” (LAGO, 1988:185). Uma característica é que as praias litorâneas restringiam-se à frequência de visitantes de centros urbanos catarinenses, e raramente de outros estados.

Foram com a popularização do automóvel e posterior implantação do trecho da Rodovia BR-101 que o fluxo dos estados vizinhos aumentou. Este foi um momento importante, pois se constituiu no embrião da urbanização e especulação imobiliária, que se intensificaria nas praias nas décadas posteriores com a comercialização de ‘chácaras’ e ‘sítios’, e loteamentos com o padrão de 12 x 24 m. No sul, a Rodovia BR-101 facilitou a ocupação, em Araranguá (Arroio Silva e Morro dos Conventos), Içara (Praia do Rincão), Laguna (Farol de Santa Marta e Itapirubá) e Garopaba.

Nos anos oitenta os fluxos são acrescidos por turistas platinos, principalmente argentinos e uruguaios, que utilizam as rodovias BR-101 e BR-282. O turismo a partir deste momento sofre um grande impulso e os fluxos se intensificam cada vez mais, iniciando-se a profissionalização do setor turístico e a qualificação dos serviços oferecidos.

Percebe-se um crescimento do número de visitantes a cada temporada e um incremento de 57,95% nos últimos nove anos. Atualmente, os turistas nacionais correspondem a 93,28% do fluxo no estado, contra 6,72% de estrangeiros, e isto caracteriza o turismo catarinense: apesar dos fluxos serem prioritariamente de turistas nacionais, é o turístico internacional que dá visibilidade e projeta o litoral, principalmente em Florianópolis e Balneário Camboriú, com um fluxo de estrangeiros menos expressivo no litoral sul catarinense.

No que se refere à demanda nacional, em 2006, 51,8% dos turistas procederam de estados vizinhos (Rio Grande do Sul e Paraná) e 29,16% de Santa Catarina, ou seja, 80,96% dos fluxos são de curta distância, dos estados do sul do Brasil e de do próprio estado. Podemos afirmar que paranaenses e gaúchos aliados aos residentes nas cidades de entorno (segunda residência) e interior do estado, são os efetivos frequentadores do litoral.

Outro aspecto que mostra a importância que o turismo vem adquirindo são as intervenções urbanísticas (obras de expansão urbana, ordenamento territorial e implantação de infraestrutura) públicas e privadas em andamento nos municípios litorâneos.

1.3 Características da Organização Espacial no Litoral Sul Catarinense

A organização do espaço do turismo no litoral sul catarinense ocorre principalmente pela ocupação por segunda residência. Para auxiliar na sua caracterização, utilizamos o modelo de Gormsen que sugere três fases de desenvolvimento do turismo: A primeira fase de ocupação turística é chamada frente pioneira. Os descobridores são verdadeiros pioneiros que percorrem caminhos difíceis e se acomodam em alojamentos modestos. A segunda fase é a de investimento. Quando há uma crescente demanda, em parte nacional, e as iniciativas privadas levam a pequenos e médios investidores particulares, locais e estrangeiros e acarretam na construção e a ampliação progressiva de hotéis de baixa e média categoria, ao mesmo tempo em que estimulam a edificação de residências secundárias. A terceira fase é de investimentos em grandes projetos com base em iniciativas privadas e provenientes do estado.

Assim, podemos afirmar que a reorganização espacial do litoral sul catarinense foi conduzida pelo processo de urbanização e procuramos compreender o significado do turismo neste contexto. O litoral de Santa Catarina tem mostrado uma urbanização acelerada, acima da média do estado. No geral, pode-se afirmar que os processos que já são conhecidos, como a migração e o implemento das atividades turísticas que ocorrem nas maiores cidades, bem como nas cidades litorâneas que estão sujeitas a tais influências.

Na década de 1970, as melhorias na acessibilidade influenciaram decisivamente na expansão da prática do turismo de veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro), processo que se intensificou com o deslocamento de fluxos de turistas nacionais e estrangeiros, especialmente argentinos, atraindo novas iniciativas de ocupação e exploração da orla marítima catarinense marcada por sua atratividade natural. A integração do território nacional que vinha se desenrolando desde a década de 1960 ganhou maior impulso nos anos de 1970. A construção da BR-101, iniciada em 1953 e concluída em 1971, “aproxima o litoral catarinense dos estados vizinhos, propiciando a chegada de turistas procedentes destes estados, bem como de outros situados no centro-sul do país e até mesmo da Argentina e do Uruguai” (PEREIRA, 2003). Além da contribuição da malha rodoviária para a integração

regional, a abertura da BR-101 representou um grande impulso para o litoral catarinense tornando-o alvo de grandes investimentos direcionados para o setor imobiliário e da construção civil, que passaram a atrair trabalhadores de outras regiões do estado e do país, bem como investidores de diferentes origens. Sobretudo na alta temporada, quando os fluxos de turistas nacionais e estrangeiros aumentam ainda mais o movimento na orla catarinense, é visível o crescimento da quantidade de veículos que trafegam pelas principais rodovias estaduais e federais da faixa litorânea do estado.

Apesar das dificuldades estruturais e financeiras em que se encontravam os órgãos responsáveis pelo planejamento e execução de obras rodoviárias, uma nova etapa teve lugar a partir de meados da década de 1990 quando foi concluída a pavimentação do trecho Florianópolis-Lages da BR-282 e iniciado o processo de duplicação da BR-101, no seu trecho norte, que culminou com a inauguração do túnel do morro do Boi (entre Itapema e Balneário Camboriú), em janeiro de 2000. Além da contribuição da malha rodoviária para a integração da economia regional, as melhorias na acessibilidade, a partir da década de 1970, foram decisivas para a expansão da prática do turismo de veraneio facilitando o fluxo de turistas nacionais e estrangeiros ao litoral catarinense.

Por seus diversos atrativos paisagísticos e culturais, o turismo representa uma importante fonte de renda no contexto econômico do estado e, em particular, de diversos municípios do litoral catarinense. Como uma atividade ligada essencialmente ao consumo e, portanto, intrínseca ao capitalismo, é evidente que esse processo extrapolou a esfera do lazer e do descanso iniciado com a construção das “segundas residências” que se multiplicaram pelos balneários do Estado. O aumento da procura por imóveis situados à beira-mar, fruto do marketing do lugar, transformou as propriedades em fonte de renda ou em investimento (DANIELSKI, 2009), dando origem a grandes construtoras e empreendimentos imobiliários que promoveram um acelerado processo de verticalização dos centros urbanos e de diversos balneários catarinenses. Com a chegada do novo milênio, conforme CAMPOS (2010, p. 29), ocorreu uma verdadeira “explosão imobiliária” que impulsionou de forma definitiva o crescimento e a expansão urbana não apenas em Florianópolis, como de todo o litoral catarinense. Convém lembrar ainda que o mercado turístico corresponde a um conjunto de atividades e serviços referentes à interação da demanda e oferta de produtos relacionados à produção de bens e de serviços ao turista que, como qualquer negócio da sociedade capitalista, visa ao lucro e à rentabilidade. No caso do setor hoteleiro de Santa Catarina, o capitalismo engendrado nas áreas de pequena produção mercantil é que deu origem aos primeiros empreendimentos, inicialmente modestos, aproveitando as oportunidades lucrativas que iam surgindo na medida em que as várias regiões se desenvolviam. Segundo recente pesquisa realizada por SANTOS (2012), o setor hoteleiro catarinense é bastante diversificado e vem buscando se adaptar às especificidades de cada região. Predominam os hotéis independentes (93%), com administração predominantemente familiar, ou seja, não estão vinculados a redes hoteleiras internacionais, nacionais e/ou regionais. O universo de estabelecimentos administrados por redes hoteleiras representa apenas 7%, sendo que desses 44% pertencem a uma única rede, a Accor, 50% a redes nacionais e apenas 6% são de redes regionais.

2. Atrativos Turísticos do Litoral Sul Catarinense

2.1 Rota da Baleia Franca

A Rota da Baleia Franca (RBF) é formada pelos municípios de Garopaba, Imbituba e Laguna, destino escolhido por esta espécie de baleia na época da reprodução. As águas quentes e calmas do litoral sul catarinense são ideais para o desenvolvimento dos filhotes nos primeiros meses de vida, por isso o fluxo da espécie na região permite que os turistas possam observar estes gigantes dos mares ao vivo. A temporada de avistamento das baleias-francas segue desde junho a novembro, com pico no mês de setembro.

A gastronomia também merece destaque, com grandes eventos durante a temporada da baleia, em Imbituba: o Agosto Del Vino, na Praia do Rosa, o Garopaba Sabor, em Garopaba, além do Festival Gastronômico da Baleia Franca, que acontece em setembro.

Além disso, a programação anual da rota oferece atividades para a população local, como a Semana Nacional da Baleia Franca, que é promovida pela Prefeitura de Imbituba, com atividades turísticas como roteiros de observação de baleias por terra, e ainda, o Seminário Técnico Científico, que é realizado pelo SEBRAE/SC em parceria com o ICMBio e as prefeituras locais.

A rota é resultado do Projeto de Fortalecimento do Turismo de Observação de Baleias do Litoral Catarinense, executado pelo SEBRAE/SC em parceria com o ICMBio e as prefeituras de Garopaba, Imbituba e Laguna (fonte: www.rotadabaleiafranca.com.br; SEBRAE, 2014).

2.2 Laguna

Laguna é uma cidade famosa por causa de Anita Garibaldi (1821-1849), a catarinense que entrou para a história ao lutar ao lado do revolucionário Giuseppe Garibaldi em terras brasileiras, uruguaias e italianas. A memória de Anita está preservada em vários museus da cidade, cujo Centro Histórico possui mais de 600 construções tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Laguna foi a maior das cidades litorâneas do Sul onde passou o Tratado de Tordesilhas, traço imaginário que dividiu o Novo Mundo entre Portugal e Espanha no século XV. Outra atração da região é o Farol de Santa Marta (1891), o maior em alcance visual da América do Sul. A beleza natural dessa faixa litorânea também chama a atenção, especialmente nas praias do Farol, do Cardoso, da Cigana e do Camacho. E Laguna tem um dos melhores carnavais do sul do Brasil, atraindo milhares de turistas todos os anos. Outro fato interessante e que merece destaque é a pesca com auxílio de botos que ocorre no município e que agrega valor turístico ao território (fonte: www.turismo.sc.gov.br).

2.3 Garopaba e Imbituba

Garopaba e Imbituba, duas cidades de colonização açoriana, guardam em seus recantos locais belíssimos visuais e praias selvagens, que deslumbram aqueles que os

conhecem. As praias do Rosa e da Vila, em Imbituba, e do Silveira e da Ferrugem, em Garopaba, são picos de surfe famosos internacionalmente. Também em Imbituba estão a Lagoa e a Praia de Ibiraquera, consideradas um dos melhores lugares para a prática do windsurfe e kitesurfe no Brasil. Descendo em direção ao sul, a 5 km da costa de Jaguaruna, surfistas profissionais praticam o *tow-in* (surfe rebocado ou motorizado) na Laje da Jagua. Dependendo do vento e da maré, as ondas atingem impressionantes 9 metros de altura. No litoral de Jaguaruna e Balneário Rincão prevalecem praias contínuas, emolduradas por dunas, sambaquis e lagoas, ótimos refúgios para descanso e pesca (fonte: www.turismo.sc.gov.br).

Por manter preservada boa parte de suas belezas naturais, o litoral Sul é ótimo para a prática do ecoturismo nas matas, trilhas ecológicas e cachoeiras. Durante os meses de verão, as praias ficam lotadas, pois além dos banhistas muitos surfistas procuram as águas da região para a prática do esporte. Campeonatos de surf são disputados com frequência nas praias de Garopaba e Imbituba, que costumam receber surfistas vindos, inclusive, de outros países atrás das ótimas ondas. As praias mais famosas de Garopaba são Praia da Ferrugem, Siriú, Garopaba, Ibiraquera, Silveira, Barra, Ouvidor e Vermelha. Em Imbituba a mais famosa é a Praia do Rosa, que atualmente é a única baía brasileira a figurar no seletor *“Club des Plus Belles Baies du Monde”*, ONG com sede em Vannes na França, que conta com a chancela da UNESCO. Os critérios de inclusão não se restringem aos estéticos, mas também às questões referentes ao patrimônio natural e cultural. O Rosa conquistou este título em 2003, por fazer parte da APA da Baleia Franca, por ser núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, pelo projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, por suas belezas naturais e preservação ambiental (fonte: www.guiasantacatarina.com.br).

2.4 Guarda do Embaú

A Guarda do Embaú é uma praia localizada no município de Palhoça, situado a 46 km ao sul de Florianópolis. Para ter acesso as suas praias é necessário atravessar o rio da Madre, divisa geográfica entre os municípios de Paulo Lopes e Palhoça. O balneário está localizado no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e conta com aproximadamente 1.000 moradores, entre comerciantes, artesãos, pescadores e surfistas. Além do surf e do turismo como fontes de economia, tem na tradicional pesca artesanal da tainha, entre os meses de maio e julho, outra fonte de renda.

Foi aprovada oficialmente, no dia 27 de outubro de 2016 pelo Conselho Visional das Reservas Mundiais de Surf (*World Surfing Reserve* - WSR) e a *Save the Waves Coalition*, com sede na Califórnia (USA), como a nona Reserva Mundial de Surf (RMS) do planeta, sendo a primeira do Brasil. A iniciativa da candidatura foi da Associação de Surfe e Preservação da Guarda do Embaú (ASPG), que desde 2013 buscava a inclusão da praia na prestigiada rede de Reservas Mundiais de Surf. O programa da *Save the Waves Coalition* existe desde 2009 e tem como parceiros a *International Surfing Association* (ISA), a *National Surfing Reserves Australia* (NSR) e a *Center for Responsible Travel* (CREST), de Stanford (USA) (fonte: www.wikipedia.org).

A praia da Guarda do Embaú está situada numa restinga, onde desemboca o rio da Madre, considerado pela Resolução CONAMA 357/2005 como de classe "especial", e na confluência

de três unidades de conservação: o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; a Área de Proteção Ambiental (APA) do Entorno Costeiro e a APA da Baleia Franca, áreas tombadas pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (www.rbma.org.br).

2.5 APABF e o Turismo de Observação de Baleias

A área geográfica onde é possível a atividade turística de observação de baleias está inserida nos oito municípios litorâneos abrangidos pela APA da Baleia Franca, sendo a maior concentração de baleias nos municípios de Garopaba e Imbituba. A APABF não contempla apenas o oceano, pois parte do continente é rico em dunas, lagoas e áreas residuais de Mata Atlântica.

O fato de esses municípios estarem inseridos em uma Área de Proteção Ambiental favorece ações de conservação do meio ambiente, agregadas à exploração econômica sustentável, garantindo a existência dos principais segmentos motivadores do deslocamento dos turistas à região: Turismo de Sol e Praia e Ecoturismo, de acordo com levantamentos da SANTUR (Santa Catarina Turismo).

O principal diferencial no turismo de observação de cetáceos na APABF é que o comportamento da baleia franca possibilita seu avistamento desde o continente, pois a espécie costuma ficar muito próxima à costa. Já a baleia jubarte, por exemplo, é avistada apenas por meio da atividade embarcada, pois permanece em águas profundas. As baleias francas são normalmente avistadas em pares de mãe e filhote, nadando em paralelo à costa, e muitas vezes expondo a enorme nadadeira peitoral ou a cauda, ou dando impressionantes saltos fora d'água, isso tudo muito perto da praia. Essa característica marcante possibilita o desenvolvimento de trilhas e mirantes para observação, não ficando restrita apenas a visita embarcada.

Ao analisar os dados sobre o Turismo Nacional, percebe-se a concentração do deslocamento dos turistas nos meses compreendidos de dezembro a março, motivados em sua maioria pelo segmento de Sol e Praia, havendo um período de sazonalidade justamente nos meses da vinda das baleias francas ao litoral catarinense. Sabe-se que a prática do turismo de observação desses cetáceos configura-se como um forte atrativo turístico. Em resumo, constitui uma oportunidade de geração de empregos e renda que, aliada a ações voltadas à conservação da espécie, deve ser mais bem aproveitada. O município de Imbituba, dada a alta concentração dos animais, possui o título de Capital Nacional da Baleia Franca, conferido pelo Governo Federal através da Lei 12.282, de 5 de julho de 2010.

A referência em turismo de observação de baleias no mercado internacional é Hermanus, na África do Sul, conhecida como a Capital Mundial de Observação de Baleias. Hermanus é considerado o melhor ponto terrestre para observação de baleias do planeta, tendo recebido no ano de 2010 cerca de 130 mil visitantes. Outro destino que merece destaque é a Península Valdez, na Argentina, com uma média de 244 mil visitantes por ano. Já Santa Catarina recebe, em média, apenas 4 mil visitantes por ano, dos quais 20% estrangeiros. Esse comparativo mostra um mercado promissor com potencial de crescimento elevado para o estado, mas que necessita de estruturação e promoção da atividade, por meio da atuação nos pequenos negócios do setor de turismo da região da APA da Baleia Franca, com ações de inovação, gestão, melhoria e diversificação da oferta turística.

No ano de 2012 o SEBRAE Nacional desenvolveu um projeto em Santa Catarina para levantar informações de 30 produtos potenciais para obtenção do registro de Indicação Geográfica. Com este trabalho concluiu-se que há possibilidade de obtenção dessa chancela para o turismo de observação de baleias francas. Este produto ainda está aquém do reconhecimento e do potencial que pode ter, se for considerado o número de turistas que a Argentina e a África do Sul atualmente recebem. Também é preciso levar em conta que este produto é mais amplo que o turismo de sol e praia, restrito aos meses de verão, uma vez que a temporada de avistagens de baleias vai de junho a novembro.

A valorização do meio ambiente e a integração do homem com a natureza são tendências mundiais; com isso, as atividades ligadas ao conceito de sustentabilidade tem tido grande importância nos últimos anos. Destaca-se como atividade potencial na APA da Baleia Franca a observação de cetáceos e de aves migratórias. Em Santa Catarina essas atividades já acontecem, com destaque para o turismo de observação de baleias nos municípios de Laguna, Imbituba e Garopaba, que juntos compõem a Rota da Baleia Franca. Entretanto, tais atividades necessitam ser aprimoradas a fim de consolidar o destino como um pólo de ecoturismo de observação de baleias, conhecido internacionalmente como *whale watching*.

O turismo de observação de baleias apresenta baixo impacto ambiental se bem conduzido, possibilitando o desenvolvimento da cadeia do turismo, gerando empregos e renda e contribuindo para a pesquisa científica. A redução drástica das atividades de caça e consequentemente o aumento gradual da população de baleias têm favorecido o crescimento do turismo de observação de baleias em todo o planeta. Segundo dados da APA da Baleia Franca, houve registro de aumento de 12% no número de baleias que visitaram a costa catarinense. A última estação baleeira do sul do Brasil, localizada em Imbituba, encerrou suas atividades em 1973 e foi tombada como Patrimônio Histórico Municipal, restaurada para abrigar o Museu da Baleia, único do gênero na América do Sul, que conta a história da matança das baleias francas e da luta pela sua proteção.

Para que o turismo de observação de baleias francas em Santa Catarina se desenvolva como uma atividade econômica e sustentável é estritamente essencial que exista um marco regulatório bem definido e sua prática seja constantemente monitorada e fiscalizada, para que não haja impactos negativos aos animais, visto que se trata de uma área de reprodução e berçário para a espécie. No Brasil, a prática é regulamentada por uma portaria do IBAMA que estabelece normas para prevenir e coibir o molestamento intencional de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras. Para garantir a proteção da baleia franca contra perturbações indevidas existem a Lei Federal 7.643/87, a Portaria IBAMA 117/96 e a Instrução Normativa IBAMA 102/06, que se aplica a APA da Baleia Franca.

Atualmente Santa Catarina passa por uma situação delicada, pois uma ação civil pública movida pelo MPF (Ministério Público Federal) suspendeu as atividades embarcadas de turismo de observação de baleias francas, a partir do argumento de que não existem dados concretos que comprovem a inexistência de impactos negativos às baleias durante a observação embarcada. Buscando contrapor-se a essa decisão, o ICMBio/APABF vem buscando soluções para este impasse, através da elaboração de um Plano de Monitoramento e Fiscalização do Turismo Embarcado e de uma Portaria Institucional específicos para regulamentar a retomada desse produto turístico, proporcionando maior segurança técnica e jurídica à atividade. Nessa perspectiva, a participação da sociedade na elaboração de tais instrumentos legais contribuiu no sentido de ampliar a discussão sobre o

assunto, e sua aplicação constitui um marco regulatório alinhado às ações de conservação da espécie e aos interesses socioeconômicos da região.

3. Perfil do Turista e Avaliação do Destino

3.1 Introdução

O turismo em Santa Catarina vem respondendo a diversos desafios nos últimos anos e acumulando resultados positivos para a economia e o desenvolvimento social do estado. Entendendo a relevância da temporada de verão para as diversas atividades econômicas, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (FECOMÉRCIO SC, 2017) vem realizando, desde 2011, pesquisas para mapear o perfil do turista que vem desfrutar dos encantos do litoral catarinense e seu grau de satisfação com a experiência vivida.

Além disso, a entidade investiga o impacto gerado para o setor do comércio de bens, serviço e turismo a partir da visão dos empresários, bem como a percepção em relação ao movimento do período investigado.

A compilação das informações apuradas pelo Núcleo de Pesquisas da Fecomércio SC, utilizando procedimentos metodológicos uniformizados, consta como uma ferramenta para o planejamento do setor turístico nas esferas públicas e privadas. Busca apontar seus pontos fortes e as oportunidades de melhoria para possibilitar a busca de soluções para o desenvolvimento turístico.

3.2 Imbituba

3.2.1 Perfil Socioeconômico do Turista

A evolução da distribuição dos turistas de Imbituba mostra uma divisão bem equilibrada entre ambos os sexos. A oscilação na variação desta distribuição no último ano pesou mais para o sexo feminino, com 58,1% dos visitantes.

Os turistas das faixas etárias de 31 a 40 anos e de 41 a 50 anos são a maioria, 35,1% e 24,6% e também são as faixas com maior tendência de crescimento.

O estado civil dos turistas que frequentaram Imbituba na temporada de verão 2017 foi predominantemente formado pelos grupos dos casados ou em união estável (57,9%) e pelos solteiros (37,1%). Esta distribuição não apresentou muitas mudanças em relação às temporadas dos anos anteriores.

A distribuição dos turistas por classes socioeconômicas indica predomínio da classe C, mais da metade dos turistas entrevistados em 2017 pertencem a este perfil. O que chama a atenção são a tendência de aumento da presença dos turistas das classes D e a significativa diminuição da participação da classe B.

Com a observação da série histórica da origem dos turistas é possível constatar a manutenção da parcela de turistas brasileiros, que em Imbituba são em maioria do Rio Grande dos Sul, 63,9%.

De maneira geral, os veículos próprios vêm sendo o meio de transporte mais utilizado pelos turistas para chegar a Imbituba, sendo que em 2017, 91% dos turistas fizeram uso deste meio de transporte.

Outra parte importante do perfil do turista refere-se aos grupos de viagem. Em 2017, a maior parte dos turistas viajou em grupos familiares (52,1%), e outros 36,8% viajaram em casais. A média de duração da estada dos turistas foi de 9,3 dias em 2017, pouco superior aos anos anteriores.

Os gastos médios dos turistas que frequentaram as praias de Imbituba na temporada de verão 2017 foram investigados por tipo de uso. Assim, por exemplo, os turistas que não tiveram dispêndios com hospedagem, não foram considerados no cálculo da média. No geral, cada grupo de turistas desembolsou em média, R\$ 3.026,86 sendo que os gastos com hospedagem e alimentação foram os mais expressivos.

3.3 Laguna

3.3.1 Perfil Socioeconômico do Turista

A evolução da distribuição dos turistas de Laguna por sexo mostra um predomínio de turistas do sexo feminino, 73,7%. Os turistas das faixas etárias de 31 a 40 anos e de 51 a 60 anos são a maioria, 22,2% e 23% e também são as faixas com maior tendência de crescimento.

O estado civil dos turistas que frequentaram Laguna na temporada de verão 2017 foi predominantemente formado pelos grupos dos casados ou em união estável (59,6%) seguido pelos solteiros (28,5%).

A distribuição dos turistas por classes socioeconômicas indica predomínio da classe C, sendo que mais da metade dos turistas entrevistados em 2017 pertencem a este perfil. O que chama a atenção é a melhor distribuição das classes em comparação com a temporada de 2013, a última investigada na cidade.

Com a observação dos dados abordados na pesquisa sobre a origem dos turistas é possível constatar a manutenção da parcela de turistas brasileiros, que em Laguna são em maioria de Santa Catarina, 68,7%.

De maneira geral, os veículos próprios vêm sendo o meio de transporte mais utilizado pelos turistas para chegar a Laguna; 85,6% dos turistas fizeram uso deste meio de transporte em 2017.

Outra parte importante do perfil do turista refere-se aos grupos de viagem. Em 2017, a maior parte dos turistas viajou em grupos familiares (69,7%), e outros 14,9% viajaram em casais. Em Laguna a maioria dos turistas ficou hospedada em imóveis próprios e em imóveis de parentes e amigos.

A média de duração da estada dos turistas foi de 27,1 dias em 2017, superior ao ano de 2013, cuja apuração mostrou um período de permanência médio de 19,3 dias.

Os gastos médios dos turistas que frequentaram as praias de Laguna na temporada do verão de 2017 foram investigados por tipo de uso. Assim, por exemplo, os turistas que não tiveram dispêndios com hospedagem, não foram considerados no cálculo da média. No geral, cada grupo de turistas desembolsou em média, R\$ 2.660,84 sendo que os gastos com hospedagem e alimentação foram os mais expressivos.

3.4 Conclusão

A Pesquisa Fecomércio de Turismo - Verão em Santa Catarina analisou as múltiplas facetas do turismo no litoral do estado, explorando a série histórica desde o ano de 2013, com foco nos municípios de Imbituba e Laguna.

A primeira parte da pesquisa traça o perfil socioeconômico do turista e algumas tendências. A evolução da distribuição dos turistas do litoral por sexo mostra uma divisão bem equilibrada entre os turistas, com uma leve predominância do sexo feminino em 2017. Quanto à faixa etária, a maior parte dos turistas está na faixa dos 31 até os 50 anos, em sincronia com o estado civil da maior fatia, os casados ou em união estável e solteiros. Uma informação muito relevante que a pesquisa vem acompanhando ao longo dos anos é a movimentação do perfil de classes sociais dos turistas, com o predomínio da classe C, que representa mais da metade dos turistas, e o aumento da presença dos turistas da D e E.

Com a observação da série histórica da origem dos turistas é possível constatar que o aumento da participação de estrangeiros, principalmente de argentinos em 2016, não se manteve em 2017. Verifica-se a retomada dos turistas do próprio estado que, somados aos demais da região Sul, é a maioria dos turistas brasileiros.

No ano de 2016 a economia local foi aquecida pelo aumento no percentual de turistas hospedados em estabelecimentos comerciais, considerando locação de imóveis para temporada, hotéis, pousadas e camping e ainda, hospedagem em residência (cama e café). Este padrão, no entanto, não se repetiu em 2017. Mas, pode-se perceber ao longo da série histórica uma tendência de crescimento no percentual de turistas que desfrutam a temporada em imóveis alugados e em próprios, um amplo mercado para as atividades imobiliárias de locação e comercialização.

Os gastos médios dos turistas que frequentaram as praias de Santa Catarina em 2017 foram investigados por tipo de uso. No geral, cada grupo de turistas desembolsou em média, R\$ 3.085,26 sendo que os gastos com hospedagem e alimentação os mais expressivos.

A Fecomércio SC adotou nesta edição uma nova metodologia de avaliação, o modelo TOURQUAL®, onde foram analisados 17 indicadores segmentados em seis categorias. A avaliação aponta diversas oportunidades de melhoria, principalmente na categoria de acesso, onde foram avaliados itens como a disponibilidade de banheiros e vias de acesso, mobilidade e transporte. Vale destacar que as categorias com as melhores avaliações foram a experiência turística e o elemento humano do destino. Com base em pesquisa de percepção, na qual foram ouvidos gestores de empresas dos setores de comércio, serviço e

hotelaria, foi possível compilar impressões sobre os impactos da temporada na economia das cidades turísticas.

Como efeito da temporada de verão no mercado de trabalho, a média de contratação de novos colaboradores para o período nos setores de comércio e serviços foi de 5,7 trabalhadores, superior aos últimos anos. Também aumentou o percentual de empresas que realizaram novas contratações. O setor de hotelaria, por sua vez, manteve um comportamento mais conservador e o percentual de empresas que realizou a contratação de trabalhadores extra para atender a demanda reduziu para 56,4%, frente aos 60% do ano anterior.

Segundo os entrevistados, a variação média do faturamento da temporada de verão 2017 em comparação a 2016 foi de -14% no setor de comércio e serviços e de -12,5% para o setor hoteleiro. Por outra perspectiva, a noção de variação positiva do faturamento em relação aos meses comuns do ano mostra a importância do turismo e dos efeitos favoráveis na economia causados pela sazonalidade da temporada de verão.

4. Tensões e Conflitos no Litoral Sul Catarinense *versus* Turismo

Neste tópico buscamos caracterizar as tensões, conflitos e processos socioambientais decorrentes da inserção do turismo no litoral sul catarinense, bem como identificar a paisagem do turismo nesta região na atualidade. Obviamente o exposto não se esgota aqui, carecendo de outras abordagens e aprofundamentos, porém procuramos entender um pouco dos conflitos e tensões gerados pelo turismo e seus processos correlatos.

O turismo em Santa Catarina tem se desenvolvido, nas últimas décadas, principalmente em sua faixa litorânea. O litoral sul catarinense tornou-se atrativo ao mercado turístico devido a sua característica inerente e historicamente acumulada, pelas suas especificidades na ocupação, por particularidades históricas, culturais e arqueológicas, pela existência de um relevo exclusivo, a natureza relativamente bem conservada com grande biodiversidade, pela presença, ainda que residual, de gêneros de vida tradicional, aliadas a proximidade das principais cidades e regiões metropolitanas do estado e à inserção dos fluxos turísticos na rota comercial do MERCOSUL. Neste contexto, o litoral sul catarinense torna-se um espaço raro em relação ao restante do território do estado, com potencial de gerar renda diferencial, o que condiciona as formas de uso e ocupação do solo, com a incorporação à lógica mercantil de novas áreas e a intensificação cada vez maior da especulação imobiliária. O processo ocorre de forma acelerada e predatória, gerando conflitos socioambientais, como a poluição de rios, lagoas e praias; a ocupação irregular em áreas de preservação e crescimento desordenado aliado à falta de infraestrutura em balneários e municípios (CÂMARA, 2001). Estes processos culminam na perda do patrimônio paisagístico, arquitetônico, histórico/arqueológico e natural. Socialmente ocorre a informalidade e flexibilização do trabalho, bem como a exclusão territorial que tende a se tornar cada vez maior, pois o litoral torna-se cada vez mais valorizado, o que se reflete no preço do solo urbano, dificultando o acesso e tornando-o seletivo.

Desta forma, o litoral catarinense passa por um momento histórico de inflexão, onde estão postos dois modelos de desenvolvimento: o crescimento desenfreado e a tentativa de regular e disciplinar a atividade e o uso do solo, ou seja, um conflito entre o modelo

desenvolvimentista e outro, baseado na conservação ambiental. A perpetuação deste modelo desenvolvimentista ultrapassado acentuará ainda mais as desigualdades e conflitos atualmente existentes.

Percebemos que o papel do Estado neste contexto é ambíguo. Por um lado as instituições públicas pecam pela omissão em regular e coibir os conflitos e tensões apontados, porém por outro lado são elas que possuem as competências para elaborar e aplicar a legislação ambiental para promover a conservação e manejo adequado dos recursos naturais.

A iniciativa privada por sua vez é dependente, em grande parte, do investimento em obras de infraestrutura através de recursos públicos, utilizando-se também de incentivos fiscais e financiamentos; por outro lado, os agentes imobiliários tornam-se a “ponta de lança” da especulação imobiliária e da segregação espacial, por promoverem em grande parte a ocupação de áreas legalmente protegidas, de forma irregular (CÂMARA, 2001).

O processo de alta valorização monetária do solo aliado à urbanização acelerada, a disseminação das segundas residências, o aumento dos fluxos nacional e internacional de turistas têm caracterizado o uso e ocupação do litoral sul catarinense na atualidade. E as tensões, os conflitos e as novas paisagens produzidas são reflexos de uma nova forma de produzir valor que caracterizam a reorganização espacial desta faixa litorânea, que possui uma extensão significativa inserida no território da APA da Baleia Franca.

5. Referências Bibliográficas

CÂMARA, M. R. **O Turismo no Litoral de Santa Catarina: Tensões, Conflitos e Reorganização Espacial**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

CÂMARA, M. R. **Turismo e Urbanização no Litoral Sul Catarinense**. Artigo. Criciúma, 2006.

CAMPOS, E.T. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis**. Florianópolis: Insular. 2010.

DANIELSKI, M. **Padrão Arquitetônico e Representação Social na Paisagem da Beira-Mar de Balneário Camboriú/SC**. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis. 2009.

FECOMÉRCIO SC. **Pesquisa Turismo de Verão no Litoral Catarinense**. Núcleo de Pesquisas da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina. 2017.

LAGO, Paulo. **Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições: Ed. Lunardelli: UDESC. 349p. 1988

LINS, H. N. **Herança açoriana e turismo na ilha de Santa Catarina**. *Revista de Ciências Humanas*, Vol.10, nº14, setembro. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 89-117. 1993.

LINS, H. N. **O Regaço na Ilha de Santa Catarina: notas para uma História**. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: n. 13. p. 201-2011. 1994

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para a geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, p. 229. 1999.

PEREIRA, R. M. F. A. **Formação socioespacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes.** *Geosul* (UFSC), Florianópolis - SC, v. 18, n. 35, p. 99-129. 2003.

PEREIRA, R. M. **Turismo e a Dinâmica Socioespacial do Litoral de Santa Catarina.** *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 9(3), pp. 554-567, set/dez, 2015.

SANTOS, C. S. U. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canavieiras e Jurerê Internacional.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 247p. 1993.

SANTOS, F. M. **Geografia das Redes Hoteleiras: mundo, Brasil e Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 397f. 2012.

SEBRAE. **Projeto Fortalecimento do Turismo de Observação de Baleias no Litoral Catarinense.** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. Novembro, 2014.